

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	38
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	24/08/2016	Dividendo	30/08/2016	Ordinária		0,11263
Reunião do Conselho de Administração	24/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2016	Ordinária		0,17339
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,00083
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,08093
Reunião do Conselho de Administração	29/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	30/05/2016	Dividendo	30/05/2016	Ordinária		0,09841
Reunião do Conselho de Administração	30/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/05/2016	Ordinária		0,00852
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2016	Dividendo	30/06/2016	Ordinária		0,05131
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2016	Ordinária		0,00881
Reunião do Conselho de Administração	24/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/08/2016	Ordinária		0,11268
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2016	Dividendo	30/09/2016	Ordinária		0,68166
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2016	Ordinária		0,00881

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.806.779	1.735.812
1.01	Ativo Circulante	370.656	278.159
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	309.800	209.104
1.01.03	Contas a Receber	52.979	63.642
1.01.03.01	Clientes	52.913	63.573
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	66	69
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.948	194
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.948	194
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.753	2.285
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.176	2.934
1.01.08.03	Outros	2.176	2.934
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.176	2.934
1.02	Ativo Não Circulante	1.436.123	1.457.653
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	89.121	74.562
1.02.01.03	Contas a Receber	0	1.877
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1.877
1.02.01.06	Tributos Diferidos	22.074	12.550
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.074	12.550
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	67.047	60.135
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	67.047	60.135
1.02.03	Imobilizado	34.212	37.216
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	34.212	37.216
1.02.04	Intangível	1.312.790	1.345.875
1.02.04.01	Intangíveis	1.312.790	1.345.875

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.806.779	1.735.812
2.01	Passivo Circulante	107.805	122.635
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.994	5.331
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.994	5.331
2.01.02	Fornecedores	15.532	15.457
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.532	15.457
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.716	9.826
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.716	9.826
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	8.716	9.826
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18.636	28.746
2.01.04.02	Debêntures	18.636	28.746
2.01.05	Outras Obrigações	33.759	35.048
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.577	9.605
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	6.451
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.577	3.154
2.01.05.02	Outros	27.182	25.443
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.902	1.775
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	20.017	18.641
2.01.05.02.05	Outras Contas a pagar	5.263	5.027
2.01.06	Provisões	25.168	28.227
2.01.06.02	Outras Provisões	25.168	28.227
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	11.561	19.289
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	13.607	8.938
2.02	Passivo Não Circulante	1.315.964	1.223.611
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.122.299	1.054.463
2.02.01.02	Debêntures	1.122.299	1.054.463
2.02.02	Outras Obrigações	19.775	30.550
2.02.02.02	Outros	19.775	30.550
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	11.750	22.121
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	8.025	8.429
2.02.04	Provisões	173.890	138.598
2.02.04.02	Outras Provisões	173.890	138.598
2.02.04.02.04	Provisão para perda tributária, trabalhista e cível	78.475	69.025
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	92.681	66.966
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.734	2.607
2.03	Patrimônio Líquido	383.010	389.566
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	À Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	491
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	491
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	86.528
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	26.019
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	19.463	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	238.621	677.767	235.823	678.779
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-104.738	-277.253	-96.297	-281.428
3.03	Resultado Bruto	133.883	400.514	139.526	397.351
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.388	-41.321	-12.236	-37.666
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.386	-41.304	-12.240	-37.667
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-17	3	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.495	359.193	127.290	359.685
3.06	Resultado Financeiro	-20.653	-93.220	-26.580	-109.716
3.06.01	Receitas Financeiras	12.728	34.274	7.263	20.241
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.381	-127.494	-33.843	-129.957
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	100.842	265.973	100.710	249.969
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.856	-83.232	-32.145	-78.138
3.08.01	Corrente	-35.424	-92.756	-34.608	-85.091
3.08.02	Diferido	3.568	9.524	2.463	6.953
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.986	182.741	68.565	171.831
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.986	182.741	68.565	171.831
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,26285	0,69628	0,25358	0,63550

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	68.986	182.741	68.565	171.831
4.03	Resultado Abrangente do Período	68.986	182.741	68.565	171.831

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	408.874	372.107
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	427.157	424.256
6.01.01.01	Lucro Líquido	182.741	171.831
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	95.652	91.870
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	363	51
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	103.675	110.385
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	4.221	6.705
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	1.715	4.069
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	8.914	5.781
6.01.01.09	Tributos diferidos	-9.524	-6.953
6.01.01.10	Prêmio de opções com base em ações	0	82
6.01.01.11	Juros capitalizados	-83	0
6.01.01.12	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-14	-25
6.01.01.13	Levantamento dos depósitos judiciais	751	97
6.01.01.14	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-6.318	-5.034
6.01.01.15	Constituição de provisão para manutenção	36.883	39.592
6.01.01.16	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	8.181	5.805
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.283	-52.149
6.01.02.01	Clientes	10.674	4.652
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.754	-3.490
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-468	-1.568
6.01.02.04	Outros créditos	2.635	2.190
6.01.02.05	Fornecedores	75	-9.293
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.110	-999
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	663	149
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	-3.025	833
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-168	-4.847
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	4.669	-584
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-1.345	-941
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.179	-4.660
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção	-26.950	-33.591
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.843	-38.131
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.411	-3.891
6.02.02	Aquisição de intangível	-57.432	-34.240
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-248.335	-217.895
6.03.01	Obrigações com o poder concedente	-13.216	-12.304
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-189.170	-163.418
6.03.07	Juros pagos	-45.949	-42.173
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	100.696	116.081
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	209.104	48.187
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	309.800	164.268

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	491	86.528	0	0	389.566
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.019	-163.278	0	-189.297
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.019	-142.837	0	-168.856
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.441	0	-20.441
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	182.741	0	182.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.741	0	182.741
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	19.463	0	383.010

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	82	-16.231	-148.836	0	-164.985
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	82	0	0	0	82
5.04.06	Dividendos	0	0	-16.231	-132.533	0	-148.764
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.303	0	-16.303
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.831	0	171.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.831	0	171.831
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	22.995	0	386.542

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	737.328	738.478
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	658.401	661.485
7.01.02	Outras Receitas	30.811	29.832
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	48.116	47.161
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-193.065	-200.291
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-161.463	-169.266
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.602	-31.025
7.03	Valor Adicionado Bruto	544.263	538.187
7.04	Retenções	-95.652	-91.870
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-95.652	-91.870
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	448.611	446.317
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	34.274	20.241
7.06.02	Receitas Financeiras	34.274	20.241
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	482.885	466.558
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	482.885	466.558
7.08.01	Pessoal	27.697	24.533
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.547	17.397
7.08.01.02	Benefícios	5.826	6.368
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.324	768
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	142.793	137.837
7.08.02.01	Federais	108.388	103.372
7.08.02.03	Municipais	34.405	34.465
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	129.654	132.357
7.08.03.01	Juros	36.160	33.134
7.08.03.02	Aluguéis	2.125	2.401
7.08.03.03	Outras	91.369	96.822
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	182.741	171.831
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	20.441	16.303
7.08.04.02	Dividendos	142.837	132.533
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.463	22.995

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 3T16

São Bernardo do Campo, 09 de novembro de 2016 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2016 (3T16) e primeiros nove meses de 2016 (9M16). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2015 (3T15) e primeiros nove meses de 2015 (9M15).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego atingiu 14.394 mil veículos equivalentes pagantes no 3T16.
- O EBITDA, no 3T16, foi de R\$153,7 milhões, com margem EBTIDA de 64,4%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$166,3 milhões, com margem de 78,3%.
- A receita líquida no 3T16 foi de R\$238,6 milhões e R\$677,8 milhões no 9M16. A receita pró-forma no 3T16 foi de R\$212,3 milhões no 3T16 e R\$629,7 milhões no 9M16.

Destaques (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Volume de tráfego ¹	14.394	16.153	-10,9%	44.996	47.762	-5,8%
Tarifa Média ²	15,42	14,33	7,6%	14,63	13,85	5,6%
Receita líquida	238,6	235,8	1,2%	677,8	678,8	-0,1%
Lucro líquido	69,0	68,5	0,7%	182,7	171,8	6,3%
EBITDA Pró-forma ³	166,3	174,3	-4,6%	491,8	491,2	-0,1%
Margem EBITDA Pró-forma ³	78,3%	79,0%	-0,7 p.p.	78,1%	77,8%	0,3 p.p.
CAPEX	37,1	34,8	6,6%	86,8	71,7	21,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes

² Em Reais

³ Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 40 milhões de veículos pedagiados, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001),

Comentário do Desempenho

qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001), exceto as mais recentes ECO101 e Ecoponte.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)						
	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Comercial	6.669	7.588	-12,1%	20.139	21.848	-7,8%
Passeio	7.725	8.565	-9,8%	24.857	25.914	-4,1%
Total	14.394	16.153	-10,9%	44.996	47.762	-5,8%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 14.394 mil no 3T16 e 44.996 mil no 9M16, redução de 10,9 e 5,8%, respectivamente.

Veículos Comerciais – redução 12,1% no 3T16 pelo arrefecimento da economia e retração da produção industrial e menor fluxo de exportação de grãos.

Veículos de Passeio – crescimento de 9,8% no 3T16. Influenciado pelo clima desfavorável, que inibiu o fluxo de turistas com destino ao litoral do estado de São Paulo e pelo arrefecimento da economia.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Ecovias dos Imigrantes	15,42	14,33	7,6%	14,63	13,85	5,6%

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 7,6% no 3T16, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifário de 9,3% pelo IPCA, sendo compensado parcialmente pelo maior fluxo de veículos nas praças de pedágio que possuem tarifas menores. No caso do reajuste contratual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$258,7 milhões no 3T16, redução de 0,8%, sendo influenciada, principalmente, pela redução nas receitas de pedágio.

Receita Bruta (em milhões de R\$)						
	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Receitas de Pedágio	221,9	231,5	-4,1%	658,4	661,5	-0,5%
Receitas Acessórias	10,5	10,3	2,2%	30,8	29,8	3,4%
Receita de Construção	26,3	14,9	76,5%	48,1	47,2	2,0%
Total	258,7	256,7	0,8%	737,3	738,5	-0,2%

Comentário do Desempenho

Receita de Pedágio - redução de 4,1% no 3T16, resultante da redução no volume de tráfego pedagiado e reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2015.

Receita Acessória - aumento de 2,2% no 3T16, proveniente, principalmente, do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – aumento de 76,5% devido, principalmente, ao maior nível de obras contratuais no período.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 3T16 cresceram de 7,9% e totalizaram R\$117,1 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$46,0 milhões, uma redução de 1,3%, mesmo com inflação de 8,5% registrada no período.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Pessoal	8,9	7,9	12,7%	27,7	24,5	13,1%
Conservação e manutenção	2,3	2,8	-17,9%	8,0	9,4	-14,9%
Serviços de terceiros	25,0	25,7	-2,7%	74,7	76,8	-2,7%
Poder concedente, locações e seguros	5,3	5,7	-7,0%	16,2	16,9	-4,1%
Outros	4,5	4,5	0,0%	11,3	12,8	-11,7%
Custos Caixa	46,0	46,6	-1,3%	137,9	140,5	-1,9%
Provisão manutenção	12,5	16,1	-22,4%	36,9	39,6	-6,8%
Custo de construção de obras ICPC01	26,3	15,0	75,3%	48,1	47,2	1,9%
Depreciação	32,3	31,0	4,2%	95,7	91,9	4,1%
TOTAL	117,1	108,5	7,9%	318,6	319,1	-0,2%

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$166,3 milhões no 3T16, com margem EBITDA de 69,5%.

O EBITDA, no 3T16, foi de R\$153,7 milhões (margem EBITDA 64,4%).

EBITDA						
(em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Lucro Líquido	69,0	68,6	0,6%	182,7	171,8	6,3%
IR/CS	31,9	32,1	-0,6%	83,2	78,1	6,5%
Resultado Financeiro	20,7	26,6	-22,2%	93,2	109,7	-15,0%
Depreciação e Amortização	32,3	31,0	4,2%	95,7	91,9	4,1%
EBITDA	153,7	158,2	-2,8%	454,9	451,5	0,8%
Margem EBITDA	64,4%	67,1%	-2,7 p.p.	67,1%	66,5%	0,6 p.p.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T16 foi negativo em de R\$20,7 milhões, redução de -22,2% devido, principalmente, à maiores receitas financeiras em função da maior disponibilidade de caixa do período e variação do IPCA (indexador das debêntures) em -0,3p.p. entre junho, julho e agosto de 2016 quando comparado com o mesmo período de 2015.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	3T16	3T15	Var.	9M16	9M15	Var.
Varição Monetária	(17,2)	(19,5)	-11,8%	(78,8)	(81,4)	-3,2%
Juros sobre fin. e debêntures	(12,3)	(11,2)	9,8%	(36,1)	(33,1)	9,1%
Outros efeitos financeiros	(1,2)	(1,3)	-7,7%	(4,4)	(9,6)	-54,2%
Receitas Financeiras e outras	12,7	7,3	74,0%	34,3	20,2	69,8%
Ajustes a valor presente	(2,7)	(1,9)	42,1%	(8,2)	(5,8)	41,4%
TOTAL	(20,7)	(26,6)	-22,2%	(93,2)	(109,7)	-15,0%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$69,0milhões no 3T16, crescimento de 0,6% em relação ao 3T15.

ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou setembro de 2016 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$309,8 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecovias dos Imigrantes (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$1.172,7 milhões em 30 de setembro de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$831,1 redução de 4,9% quando comparado com 31 de dezembro de 2015.

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2016	31/12/2015	Var.
Curto Prazo	18,6	28,7	-35,2%
Debêntures	18,6	28,7	-35,2%
Longo Prazo	1.122,3	1.054,5	6,4%
Debêntures	1.122,3	1.054,5	6,4%
Endividamento Financeiro Bruto¹	1.140,9	1.083,2	5,3%
Credor pela Concessão	31,8	40,8	-22,1%
Endividamento Bruto	1.172,7	1.124,0	4,3%
Caixa e equivalentes de caixa	309,8	209,1	48,2%
Dívida Líquida	862,9	914,9	-5,7%
Endividamento Financeiro Líquido¹	831,1	874,1	-4,9%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$37,1 milhões no 3T16. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhões de R\$)	3T16			9M16		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecovias	26,9	10,2	37,1	59,9	26,9	86,8

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$258,6 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de novembro de 2016.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas no dia 16 de março de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	5.091	10.223
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	303.161	196.888
Aplicações automáticas compromissadas (b)	1.548	1.993
	<u>309.800</u>	<u>209.104</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 25,8% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 67,8% em Operações Compromissadas e 6,4 % em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,9% (101,3% em 31 de dezembro de 2015) do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor, a referida aplicação possui liquidez imediata.

5. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	46.407	57.866
Cupons de pedágio	2.819	3.121
Receitas acessórias	3.918	2.831
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(231)	(245)
	<u>52.913</u>	<u>63.573</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	51.242	63.364
Vencidos:		
Até 30 dias	1.043	188
De 31 a 60 dias	199	21
De 61 a 90 dias	12	-
De 91 a 120 dias	417	-
Acima de 120 dias	231	245
	<u>53.144</u>	<u>63.818</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	245	114
Constituição de PCLD no período	194	66
Valores recuperados no período	(208)	(91)
	<u>231</u>	<u>89</u>

6. Despesas antecipadas

O saldo de R\$2.753 (R\$2.285 em 31 de dezembro de 2015) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 28.

7. Tributos a recuperar

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ e CSLL a recuperar	1.027	67
IRRF a recuperar	357	127
Outros a recuperar	1.564	
	<u>2.948</u>	<u>194</u>

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	60.135	52.205
Adições	1.345	941
Baixas	(751)	(97)
Atualização monetária	6.318	5.034
Saldo final	<u>67.047</u>	<u>58.083</u>

Notas Explicativas

9. Imobilizado

	Custo				Depreciação				Residual	
	Saldo em 31/12/2014		Saldo em 30/09/2015		Saldo em 31/12/2014		Saldo em 30/09/2015		30/09/2015	31/12/2014
	Adições	Baixa	Transf.		Adições	Transf.				
Hardwares	100.469	-	-	102.482	(83.638)	(4.436)	-	(88.074)	14.408	16.831
Máquinas e equipamentos	17.864	(6)	2	18.048	(10.258)	(1.114)	1	(11.371)	6.677	7.606
Móveis e utensílios	6.055	-	1	6.136	(3.592)	(329)	(1)	(3.922)	2.214	2.463
Terrenos	3.304	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	3.033	-	4	3.437	(998)	(174)	-	(1.172)	2.265	2.035
Veículos	6.069	-	(1)	6.068	(3.473)	(487)	(5)	(3.965)	2.103	2.596
Instalações	6.191	(6)	(6)	7.389	(1.773)	(496)	(1)	(2.270)	5.119	4.418
Outros	5.666	(3)	(4.792)	871	(1.773)	(496)	(1)	(2.270)	871	5.666
	148.651	(15)	(4.792)	147.735	(103.732)	(7.036)	(6)	(110.774)	36.961	44.919

	Custo				Depreciação				Residual	
	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 30/09/2016		Saldo em 31/12/2015		Saldo em 30/09/2016		30/09/2016	31/12/2015
	Adições	Transf.			Adições	Transf.				
Hardwares	104.031	23	1.295	105.349	(89.534)	(4.153)	2	(93.685)	11.664	14.497
Máquinas e equipamentos	18.101	-	573	18.674	(11.709)	(956)	-	(12.665)	6.009	6.392
Móveis e utensílios	6.332	-	30	6.362	(4.035)	(344)	-	(4.379)	1.983	2.297
Terrenos	3.304	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	3.437	-	-	3.437	(1.237)	(186)	-	(1.423)	2.014	2.200
Veículos	6.068	-	-	6.068	(4.100)	(405)	-	(4.505)	1.563	1.968
Instalações	8.157	1.290	513	9.960	(2.472)	(660)	(26)	(3.158)	6.802	5.685
Outros	873	-	-	873	-	-	-	-	873	873
	150.303	1.313	2.411	154.027	(113.087)	(6.704)	(24)	(119.815)	34.212	37.216

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza. Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 13) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

10. Intangível

	Custo				Amortização				Residual
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2015	Adições	Transf.	Saldos em 30/09/2015	
Contratos de concessão	2.304.963	33.280	-	4.837	2.343.080	(918.273)	6	(1.002.399)	1.340.681
Softwares de terceiros	7.532	696	-	-	8.228	(4.630)	-	(5.332)	2.896
Intangível em andamento	370	264	(36)	(45)	553	-	-	-	553
	2.312.865	34.240	(36)	4.792	2.351.861	(922.903)	6	(1.007.731)	1.344.130
									1.389.962

	Custo				Amortização				Residual
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2016	Adições	Transf.	Saldos em 30/09/2016	
Contratos de concessão	2.369.815	21.322	(363)	(3.894)	2.386.880	(88.220)	8	(1.115.225)	1.271.655
Softwares de terceiros	8.259	372	-	(26)	8.605	(728)	16	(6.285)	2.320
Intangível em andamento	387	35.821	-	2.607	38.815	-	-	-	38.815
	2.378.461	57.515	(363)	(1.313)	2.434.300	(88.948)	24	(1.121.510)	1.312.790
									1.345.875

Taxas médias anuais de amortização %

(*) 11,9

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de setembro de 2016 é de 4,94% ao ano (4,81% ao ano em 30 de setembro de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

No período findo em 30 de setembro de 2016 foram capitalizados encargos financeiros de R\$83 e em 30 de setembro de 2015 não foram capitalizados encargos financeiros.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balança patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	30/09/2016	30/09/2016
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	6.337	1.793	(349)	7.781	1.444
Provisão férias de diretor	119	41	(2)	158	39
Provisão para devedores duvidosos	54	50	(70)	34	(20)
Provisão para manutenção	30.848	5.721	-	36.569	5.721
AVP ônus concessão	1.118	289	(38)	1.369	251
Juros capitalizados	(652)	-	146	(506)	146
Efeito Lei 12.973 - Extinção RTT (*)	(25.274)	-	1.943	(23.331)	1.943
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	12.550	7.894	1.630	22.074	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					9.524

	30/09/2016	31/12/2015
2016	4.532	3.835
2017	5.592	3.835
2018	4.800	3.835
2019 a 2023	4.800	3.835
Após 2023	2.350	(2.790)
	22.074	12.550

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - *International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos a partir do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Notas Explicativas**b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/09/2016	30/09/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	265.973	249.969
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(90.431)	(84.989)
Juros sobre o capital próprio	6.950	5.543
Despesas indedutíveis	(9)	-
Gratificações diretores	(116)	-
Incentivos fiscais – PAT	356	-
Outros	18	1.308
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(83.232)	(78.138)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(92.756)	(85.091)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	9.524	6.953

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	30/09/2016	30/09/2015
Saldo inicial provisão IR/CS	8.938	14.980
Despesa IR/CS corrente DRE	92.756	85.091
Total IR/CS pagos no período	(88.087)	(85.675)
Saldo final provisão IR/CS	13.607	14.396

12. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	30/09/2016	31/12/2015
Impostos sobre faturamento:		
ISS	3.781	4.547
COFINS	2.489	2.890
PIS	530	619
ISS na fonte	602	582
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestação de serviços	131	157
INSS fonte	213	396
Outros impostos	970	635
	8.716	9.826

13. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	30/09/2016	31/12/2015
Principal corrigido	1.138.949	1.073.283
Remuneração (juros)	21.814	31.609
Custos com emissão de debêntures (*)	(19.828)	(21.683)
	1.140.935	1.083.209
Circulante	18.636	28.746
Não circulante	1.122.299	1.054.463

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Saldo inicial	1.083.209	973.279
Pagamento de juros	(45.949)	(42.173)
Encargos financeiros	103.675	110.385
Saldo final	<u>1.140.935</u>	<u>1.041.491</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Em 30 de setembro de 2016, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

<u>2ª emissão</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,32
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,78

(*) Índices não revisados pelos auditores independentes.

<u>Descrição</u>	<u>2ª emissão</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Data da emissão	07/05/13
Quantidade emitida	881 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
	R\$881.000
	1ª série - R\$ 200.000
	2ª série - R\$ 681.000
Valor da emissão	
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2016	1ª série - R\$1.315 2ª série - R\$1.318
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª e 2ª série - IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	n/a
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	n/a
Agente fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Garantias	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	"brAAA" da Standard &Poors

Notas Explicativas

Índices financeiros exigidos

(i) índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	-	(1.058)	(1.058)	-	(3.227)	(3.227)
2018	-	(3.442)	(3.442)	-	(3.442)	(3.442)
2019	129.280	(2.942)	126.338	121.826	(2.942)	118.884
2020	129.279	(2.653)	126.626	121.826	(2.653)	119.173
2021	-	(2.874)	(2.874)	121.826	(2.874)	118.952
2022 a 2024	880.391	(3.682)	876.709	707.805	(3.682)	704.123
	1.138.950	(16.651)	1.122.299	1.073.283	(18.820)	1.054.463

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com comissão	Valor líquido	Taxado juros	TIR
2ª emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
		881.000	(30.361)	850.639		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

14. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e não circulante
		Cientes	Intangível	Contas a pagar
Companhia				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	277	22
CBB Ind. Com. de Asfalto e Eng. Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	2.963	297
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora direta	63	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	6.255
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas (b)	Outras partes relacionadas	3	-	3
CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (e)	Outras partes relacionadas	-	7.311	-
Total em 30 de setembro de 2016		66	10.551	6.577
Total em 31 de dezembro de 2015		69	47.243	9.605

Notas Explicativas

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custodos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora direta	198	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	(25.024)	(36.267)
Total em 30 de setembro de 2016		198	(25.024)	(36.267)
Total em 30 de setembro de 2015		179	(41.587)	(21.742)

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$81.722, o saldo em aberto de R\$6.255 em 30 de setembro de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (b) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$43.706, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de setembro de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$15.336. o saldo em aberto de R\$319 em 30 de setembro de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (d) Locação prédio administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O valor mensal da locação é de R\$22 (R\$20 em 31 de dezembro de 2015).
- (e) A CR Almeida S.A. Engenharia de obras, presta serviços de execução de obras nas rodovias e trechos que compõem o SAI – Sistema Anchieta Imigrantes, das obras de recuperação de pavimento flexível e usinagem. O prazo para execução desses serviços é de janeiro de 2017 e em 30 de setembro de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$35.270. Não há saldos em aberto em 30 de setembro de 2016.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 no montante R\$920 (R\$1.147 em 31 de dezembro de 2015).

A remuneração dos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração (fixa/variável)	415	589
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 20.d)	-	82
Previdência privada	32	37
Remuneração baseada em ações	78	18
	<u>525</u>	<u>726</u>

Notas Explicativas

15. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 14,71% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2015
Constituição da provisão para manutenção	340.787	44.909	-	-	385.696
Efeito do valor presente sobre a constituição	(52.978)	(5.317)	-	-	(58.295)
Realização da manutenção	(241.828)	-	(33.591)	-	(275.419)
Ajuste a valor presente - realizações	26.690	-	-	5.678	32.368
	72.671	39.592	(33.591)	5.678	84.350

Circulante	18.497	5.461
Não circulante	54.174	78.889

	31/12/2015	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2016
Constituição da provisão para manutenção	402.784	45.978	-	-	448.762
Efeito do valor presente sobre a constituição	(64.890)	(9.095)	-	-	(73.985)
Realização da manutenção	(285.913)	-	(26.950)	-	(312.863)
Ajuste a valor presente - realizações	34.274	-	-	8.054	42.328
	86.255	36.883	(26.950)	8.054	104.242

Circulante	19.289	11.561
Não circulante	66.966	92.681

16. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	Efeito financeiro	30/09/2015
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.807	127	4.934
	2.437	127	2.564

Não circulante	2.437	2.564
----------------	-------	-------

Notas Explicativas

	31/12/2015	Efeito financeiro	30/09/2016
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.977	127	5.104
	2.607	127	2.734
Não circulante	2.607		2.734

17. Obrigações com o poder concedente

	30/09/2016	31/12/2015
Parcelas fixas (a)	30.610	39.378
Parcelas variáveis (b)	1.157	1.384
	31.767	40.762
Circulante	20.017	18.641
Não circulante	11.750	22.121

- a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 30 de setembro de 2016, restam 19 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 92,08% do total (88,33% em 31 de dezembro de 2015).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com o Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de setembro de 2016 o desconto de R\$1.157 (R\$2.564 em 30 de setembro de 2015), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$3.064 (R\$4.141 em 30 de setembro de 2015), e foi totalizado o valor líquido de R\$4.221 (R\$6.705 em 30 de setembro de 2015) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em um percentual de 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2016	31/12/2015
2017	4.741	16.579
2018	7.009	5.542
	11.750	22.121

A movimentação está demonstrada a seguir:

	30/09/2016	30/09/2015
Saldo inicial	40.762	49.671
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	4.221	6.705
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	10.338	10.370
Pagamento principal e atualização	(23.554)	(22.674)
Saldo final	31.767	44.072

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas Explicativas

Natureza dos custos	30/09/2016	31/12/2015
	Previsão de 2016-2018	Previsão de 2016-2018
Melhorias na infraestrutura	142.513	171.856
Conservação especial (manutenção)	240.578	263.660
Equipamentos	44.451	44.418

18. Obrigações sociais

	30/09/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	1.715	2.168
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	546	486
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	103	148
Contribuição sindical a recolher	-	1
IRRF a recolher	64	159
Provisão de férias e encargos sobre férias	2.327	2.369
Provisão de 13º salário e encargos sobre 13º salário	1.239	-
	5.994	5.331

19. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	51.440	6.071	4.653	62.164
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.000	1.417	652	4.069
(-) Pagamentos	(443)	(3.581)	(636)	(4.660)
(+) Atualização monetária	4.826	620	335	5.781
Saldos em 30 de setembro de 2015	57.823	4.527	5.004	67.354
Saldos em 1º de janeiro de 2016	59.934	3.751	5.340	69.025
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(109)	1.001	823	1.715
(-) Pagamentos	(317)	(862)	-	(1.179)
(+) Atualização monetária	7.099	767	1.048	8.914
Saldos em 30 de setembro de 2016	66.607	4.657	7.211	78.475

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2016, R\$11.389 (R\$10.249 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de março de 2016 este valor atualizado é de R\$46.715, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 30 de setembro de 2016, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$49.931.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de setembro de 2016, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$22.380 (R\$20.542 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2016, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$9.801 (R\$12.331 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão em setembro de 2015, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar à determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a reserva de lucros legal atingiu o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Notas Explicativas

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 372.846 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 23/03/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587	68.852	221.487
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, não foi reconhecida a provisão adicional na rubrica prêmio de opções (R\$82 em 30 de setembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	23.404	-	-	-	-	23.404
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	(5.851)	-	-	-	-	(5.851)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	68.852	-	68.852
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	68.852	-	127.955
Outorgadas	-	-	-	-	221.487	221.487
Em 31 de dezembro de 2014	-	28.516	30.587	68.852	221.487	349.442
Canceladas (*)	-	(28.516)	(30.587)	(68.852)	(221.487)	(349.442)
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2016	-	-	-	-	-	-

(*) As opções foram canceladas em março de 2015, devido ao desligamento do beneficiário da Companhia, e conforme prevê o plano, perdeu o direito de exercício das ações. A Companhia optou por não reverter a provisão até a conclusão do plano.

Notas Explicativas

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 30 de setembro de 2016 no valor de R\$189.297 refere-se a: R\$26.019 saldo de dividendos remanescentes de 2015, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2016; R\$142.837 dividendos intermediários do exercício de 2016, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2017; R\$1.775 de juros sobre o capital próprio remanescente de 2015 e R\$18.539 (dos R\$20.441 contabilizados) a título de juros sobre o capital próprio do exercício de 2016. O saldo de R\$1.902 de juros sobre capital próprio está no passivo circulante e a companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de 12 meses.

21. Receita líquida

	<u>Três meses</u>		<u>Noves meses</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	77.106	79.499	234.545	227.457
Pedágio por equipamento eletrônico	133.906	135.722	384.421	391.376
Vale-pedágio	10.730	16.127	39.035	42.155
Outras	145	169	400	497
	221.887	231.517	658.401	661.485
Receitas com construção	26.331	14.915	48.116	47.161
Receitas acessórias (a)	10.486	10.257	30.811	29.832
	36.817	25.172	78.927	76.993
Receita bruta	258.704	256.689	737.328	738.478
Deduções de receita (b)	(20.083)	(20.866)	(59.561)	(59.699)
Receita líquida	238.621	235.823	677.767	678.779

	<u>Três meses</u>		<u>Noves meses</u>	
	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Base de cálculo de impostos				
Receitas com arrecadação de pedágio	221.887	231.517	658.401	661.485
Receitas acessórias	10.486	10.257	30.811	29.832
	232.373	241.774	689.212	691.317
Deduções				
COFINS (3%)	(6.971)	(7.254)	(20.676)	(20.740)
PIS (0,65%)	(1.510)	(1.572)	(4.480)	(4.494)
ISS (2% a 5%)	(11.602)	(12.054)	(34.405)	(34.465)
Deduções e abatimentos	-	14	-	-
	(20.083)	(20.866)	(59.561)	(59.699)

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

Notas Explicativas

22. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Três meses		Nove meses	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Pessoal	8.915	7.893	27.697	24.533
Conservação e manutenção	2.343	2.788	8.035	9.426
Serviços de terceiros (a)	25.015	25.745	74.660	76.807
Seguros (vide Nota Explicativa nº 28)	1.080	1.370	3.705	4.166
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	3.485	3.627	10.338	10.370
Provisão para manutenção	12.537	16.077	36.883	39.592
Custos com construção	26.330	14.915	48.116	47.161
Depreciações e amortizações	32.216	30.955	95.652	91.870
Locações de imóveis e máquinas	711	720	2.126	2.401
Outros custos e despesas operacionais	4.492	4.447	11.345	12.769
	117.124	108.537	318.557	319.095
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	104.738	96.297	277.253	281.428
Despesas gerais e administrativas	12.386	12.240	41.304	37.667
	117.124	108.537	318.557	319.095

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

23. Resultado financeiro

	Três meses		Nove meses	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	10.196	5.291	27.575	11.782
Variação monetária sobre créditos fiscais	2.265	1.969	6.406	8.456
Outros	267	3	293	3
	12.728	7.263	34.274	20.241
Juros sobre debêntures	(12.281)	(11.272)	(36.160)	(33.134)
Variação monetária sobre debêntures	(13.007)	(14.217)	(65.660)	(74.960)
Variação monetária sobre direito de outorga	(551)	(3.073)	(4.221)	(6.705)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(254)	(215)	(1.855)	(2.291)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.727)	(1.949)	(8.181)	(5.805)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(3.651)	(2.249)	(8.914)	(5.781)
Outras	(910)	(868)	(2.503)	(1.281)
	(33.381)	(33.843)	(127.494)	(129.957)
Resultado financeiro	(20.653)	(26.580)	(93.220)	(109.716)

Notas Explicativas

24. Lucro por ação

d) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	182.741	171.831
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,70</u>	<u>0,64</u>

e) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 20.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

25. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de setembro de 2016, a PLR foi de R\$1.305 (R\$1.411 em 30 de setembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

Índices de endividamento

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	1.172.702	1.123.971
Caixa e equivalentes de caixa	(309.800)	(209.104)
Dívida Líquida	862.902	914.867
Patrimônio Líquido (ii)	383.010	389.566
Índice de endividamento líquido	2,25	2,35

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 13 e 17.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados à taxa de 100,9% do CDI (101,3% do CDI em 31 de dezembro de 2015), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2016 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	5.091	5.091
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	52.913	52.913
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	304.709	304.709
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	15.532	15.532
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.140.935	1.140.935
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	31.767	32.924

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$40.902 (R\$51.367 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	18.528	17.087	-	-
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	15.121	11.440	169.004	176.597
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	57.966	43.870	47.984	1.714.001

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	28.396	21.297	14.198
Juros sobre as debêntures	Alta do IPCA	(70.350)	(71.644)	(72.945)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente	Alta do IGP-M	(71)	(89)	(106)
Juros a incorrer, líquidos		(42.025)	(50.436)	(58.853)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI	11,60%	8,70%	5,80%
IPCA	5,55%	6,94%	8,33%
IGP-M	5,08%	6,35%	7,62%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

27. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$317 (R\$303 em 30 de setembro de 2015), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

28. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro-garantia	Maio de 2016 a maio de 2017	332.705
Responsabilidade civil	Maio de 2016 a maio de 2017	82.036
“AllRisks” - danos materiais	Maio de 2016 a maio de 2017	5.785.527
“AllRisks” - Equipamentos	Julho de 2015 a julho de 2016	113
“AllRisks” - Perda de receita	Maio de 2016 a maio de 2017	1.004.724
“AllRisks” - Manut. Conserv.	Maio de 2016 a maio de 2017	83.968
Veículos	Junho de 2016 a junho de 2017	Tabela Fipe

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 1º de novembro de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3